



CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 42.471.899/0001-70

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	842.646	2.044.965
Impostos a recuperar		11.499	1.733
Adiantamentos		11.712	-
Total do ativo circulante		865.857	2.046.698
Investimento	6	27.541.801	23.150.837
Total do ativo não circulante		27.541.801	23.150.837
Total do ativo		28.407.658	25.197.535
Passivo circulante			
Fornecedores		3.602	12.394
Tributos e contribuições sociais	7	34.253	83.616
Salários e encargos a pagar	8	793.508	567.226
Outros passivos circulantes		145.901	145.901
Total do passivo circulante		55.499.200	49.999.200
Capital social	9	55.499.200	49.999.200
prejuízos acumulados		(28.068.806)	(25.610.802)
Total do patrimônio líquido		27.430.394	24.388.398
Total do passivo e do patrimônio líquido		28.407.658	25.197.535
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do resultado 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)			
	Nota	2023	2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(2.510.753)	(1.933.766)
Serviços de terceiros	10	(433.019)	(1.833.136)
Outras receitas (despesas)		513.300	-
Resultado operacional antes do resultado de equivalência patrimonial e financeiro		(2.430.472)	(3.766.902)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	(109.035)	(21.849.163)
Resultado financeiro líquido		81.503	5.263
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.458.004)	(25.610.802)
Imposto de renda e contribuição social		(2.458.004)	(25.610.802)
Prejuízo do exercício		(2.458.004)	(25.610.802)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)			
		2023	2022
Prejuízo do exercício		(2.458.004)	(25.610.802)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(2.458.004)	(25.610.802)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	100	-	100
Aumento de capital	49.999.100	-	49.999.100
Prejuízo do exercício	-	(25.610.802)	(25.610.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.999.200	(25.610.802)	24.388.398
Aumento de capital	5.500.000	-	5.500.000
Prejuízo do exercício	-	(2.458.004)	(2.458.004)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.499.200	(28.068.806)	27.430.394
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)			
		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(2.458.004)	(25.610.802)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:			
Resultado equivalência patrimonial		109.035	21.849.163
Atualizações monetárias		(117)	-
Provisões trabalhistas		226.282	567.226
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Impostos a recuperar		(9.649)	(1.733)
Adiantamentos		(11.712)	-
Fornecedores		(8.791)	12.394
Tributos e contribuições sociais		(49.364)	83.616
Salários e encargos a pagar		-	145.901
Outros passivos circulantes		(2.202.320)	(2.954.235)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(4.500.000)	(45.000.000)
Aumento de capital em investidas		(4.500.000)	(45.000.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(4.500.000)	(45.000.000)
Aumento de capital		5.500.000	49.999.100
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		5.500.000	49.999.100
Aumento/diminuição no caixa equivalente de caixa		(1.202.320)	2.044.865
Caixa no início do exercício		2.044.965	100
Caixa no final do exercício		842.646	2.044.965
Aumento/diminuição no caixa equivalente de caixa		(1.202.320)	2.044.865
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Contexto Operacional: A Cymi Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") possui como acionista a Cymi Construções e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de junho de 2021 e está domiciliada na Avenida Presidente Wilson, 231 Sala 1701 - Centro - CEP 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social: Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"), que operam no setor de energia elétrica, na implantação e exploração de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, manutenção e instalação de estações e redes de distribuição de energia elétrica, o desenvolvimento, estruturação, implantação e operação de negócios no setor de água e esgotamento sanitário, as atividades de gestão, operação, manutenção e ampliação do sistema de abastecimento de água em sistemas públicos ou privados, incluindo a captação e o transporte de água bruta, a produção, bombeamento e adução, reservação, macro e microdistribuição e todo o respectivo controle de qualidade de água potável e industrial, incluindo o serviço público que abrange as atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição, (d.ii) de esgotamento sanitário em sistemas públicos ou privados, incluindo a coleta, o transporte, a elevação, a interceptação, o tratamento, a devolução ao meio natural, e todo o respectivo controle de qualidade de águas residuais, esgotos e efluentes industriais, incluindo o serviço público que abrange as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, (d.iii) de recursos hídricos, irrigação e bacias hidrográficas, incluindo o monitoramento e controle de qualidade das águas, (d.iv) de macro e micro drenagem, e (d.v) de tratamento e disposição final de lodos e resíduos resultantes das operações; (e) o desenvolvimento de todas as atividades necessárias a sua plena atuação na área de saneamento básico e ambiental, incluindo os serviços auxiliares, complementares e correlatos; e (f) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que exerçam as atividades indicadas nos itens (c), (d) e/ou (e) acima. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$111.407. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. A administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os recursos necessários para a manutenção dos negócios serão suportados por aportes dos quotistas controladores. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). De acordo com o CPC 36 e IFRS 10 sobre Demonstrações Consolidadas, a Companhia Cymi Saneamento S.A. é isenta de consolidar a Companhia Verde Ambiental Alagoas S.A. em suas demonstrações financeiras, uma vez que a Cymi Construções e Participações S.A., que tem controle sobre ambas as Companhias, já procedeu à consolidação das Companhias em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023. A Cymi Saneamento possui participação de 90% na Companhia Verde Ambiental Alagoas S.A., apresentando o investimento pelo método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais. A Cymi Construções e Participações S.A., enquanto matriz de ambas as controladas, divulga os impactos financeiros e operacionais em seu conjunto consolidado de demonstrações financeiras, evitando assim a dupla consolidação e proporcionando uma visão clara da estrutura do grupo econômico em conformidade com os princípios contábeis aceitos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de maio de 2024. 2.2. Moeda funcional e base de mensuração: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias (Notas Explicativas nº 3.5 e nº 15); (ii) Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco (Notas Explicativas nº 3.8 e nº 24). 3. Principais políticas contábeis: a) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na			

presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo e passivo; • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício e divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos de acordo com as características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. b) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Avaliação do valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Empresa com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Impostos a recuperar:** Representado em sua maioria pelos impostos e contribuições (IRRF, CSLL e INSS) sobre notas fiscais emitidas, que serão compensados com os respectivos valores a recolher. Os valores estão sujeitos às revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica. **3.3. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado ou o uso do método de taxa efetiva de mercado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.4. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em sua investida são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação da investida. As demonstrações financeiras da investida são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 90% de participação na Verde Ambiental Alagoas S.A. (vide Nota Explicativa nº 5). **Demonstrações financeiras consolidadas:** Segundo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas a entidade que seja controladora deve apresentar as demonstrações consolidadas. A Companhia não apresenta as demonstrações consolidadas de Verde Ambiental Alagoas S.A., por atender a todos os critérios estabelecidos pelo próprio pronunciamento no que se refere à isenção para consolidação. (i) A Cymi Saneamento Participações S.A. é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora. (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais). (iii) A Companhia não possui tramitação ou arquivamento de processo de suas demonstrações financeiras junto à comissão de valores mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de aquisição. (iv) A controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os IFRS e CPCs, em que as controladoras são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado com esse pronunciamento. **3.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência obrigatória e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6. Capital social:** As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.7. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.8. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: (a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e (b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do exercício de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do exercício de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um exercício de 12 meses após a data de relatório. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos

de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **3.9. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **4. Novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:** **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionárias: algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais às transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos desativação. As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras. **Alterações ao IAS 12: Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatórios anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras. b) **Normas e interpretações, mas ainda não vigentes:** **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para exercícios de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Companhia pretende adotar essas novas interpretações de normas alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor significativas. **Alterações ao IAS 7: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2023 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 7 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de 12 meses. As alterações vigoram para exercícios de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para exercícios de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor significativas. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo. As aplicações financeiras são efetuadas por períodos que variam de acordo com as necessidades imediatas de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade média das aplicações financeiras é de 100% do CDI. Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Caixa	10	10
Bancos conta movimento	315.739	444.955
Aplicações financeiras (i)	526.897	1.600.000
	842.646	2.044.965
(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por esse investimento é registrada como receita financeira. Abaixo abertura por instituição financeira:		
	Tipo de aplicação	Remuneração
Instituição financeira		
Banco Santander	CDB	100,00%
	2023	2022
	526.897	1.600.000
	526.897	1.600.000

6. Investimento: A Cymi Saneamento possui participação em 90% no capital social da Companhia Verde Ambiental Alagoas S.A. ("Verde"), exercendo controle sobre sua investida. Entretanto, conforme divulgado na NE 2, a Companhia é isenta de consolidar as informações da Verde Alagoas em suas demonstrações financeiras, uma vez que a Cymi Construções e Participações S.A., que tem controle sobre ambas as Companhias, mensura a consolidação das Companhias em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Cymi Construções e Participações S.A., enquanto matriz de ambas as controladas, divulgaos impactos financeiros e



CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 42.471.899/0001-70

operacionais em seu conjunto consolidado das demonstrações financeiras, evitando assim a dupla consolidação e proporcionando uma visão clara da estrutura do grupo econômico em conformidade com os princípios contábeis aceitos. A Cymi Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") apresenta o investimento pelo método de equivalência patrimonial (MEP), vide CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

	2023	2022
Cymi Saneamento e Participações S.A.	27.541.801	23.150.837
	27.541.801	23.150.837

a) Demonstrações sobre as principais controladas

	2023		2022	
	% Partic.	Patrimônio líquido Resultado	Patrimônio líquido Resultado	
Demonstrações sobre as principais controladas				
Verde Ambiental				
Alagoas S.A.	90,00%	30.601.994 (121.150)	25.723.152 (24.276.848)	
b) Movimentação do investimento				
	Saldo em 2022	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 2023
Cymi Saneamento e Participações S.A.	23.150.837	4.500.000,00	(109.035)	27.541.801
	23.150.837	4.500.000,00	(109.035)	27.541.801

7. Tributos e contribuições sociais

	2023	2022
Obrigações sociais (ii)	16.799	24.438
Obrigações tributárias (i)	17.454	59.178
	34.253	83.616
(i) Obrigações tributárias		
PIS a recolher	43	45
Cofins a recolher	200	280
IR retido em funcionários	17.211	57.996
IRRF a recolher	-	857
	17.454	59.178
(ii) Obrigações sociais		
INSS a recolher	12.211	17.762
FGTS a recolher	4.588	6.676
	16.799	24.438

8. Salários e encargos a pagar

	2023	2022
Férias	19.854	39.961
INSS s/ férias	7.113	10.762
FGTS s/ férias	2.112	3.203
Gratificações (i)	666.667	513.300
Rescisão	56.651	-
Provisões trabalhistas	41.111	-
	793.508	567.226

(i) As gratificações são provisões referentes a um benefício pago pela empresa com o objetivo de reconhecer e valorizar os serviços prestados pelos colaboradores. Está relacionada à função do colaborador na empresa e é geralmente

paga após um período de trabalho estipulado pela própria empresa. É paga regularmente, como um bônus adicional ao salário. O valor efetivamente pago poder ser diferente do saldo atual provisionado. **9. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o montante do capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$55.499.200 (R\$49.999.200 em 31 de dezembro de 2022), representados por 55.999.200 ações ordinárias, nominativas, de classe única e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária durante o exercício de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$5.500.000,00, em que o valor de R\$4.500.000,00 foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 7 de março de 2023 e o valor R\$1.000.000,00 em 25 de maio de 2023. Todas as subscrições são representadas por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R\$1,00 (um real) por ação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	2023		
	Qntd. Ações	%	Valor (em Reais)
Quotistas			
Cymi Construções e Participações S.A.	55.499.200	100,00%	55.499.200
Total	55.499.200	100,00%	55.499.200
	2022		
Quotistas			
Cymi Construções e Participações S.A.	49.999.200	100,00%	49.999.200
Total	49.999.200	100,00%	49.999.200

b) **Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76. A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, compensou os prejuízos acumulados no exercício de 2023. Sendo assim não houve distribuição de lucro no ano de 2023. c) **Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Essa reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude da absorção de prejuízos acumulados conforme artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

10. Despesas operacionais

	2023	2022
Pessoal	(2.337.148)	(1.550.400)
Aluguel	(115.698)	(63.481)
Gastos com escritório	(2.582)	(65.582)
Viagens e representações	(35.969)	(113.545)
Outras despesas	(19.356)	(140.758)
Total - Despesas gerais e administrativas	(2.510.753)	(1.933.766)
	2023	2022
Consultoria e assessoria (i)	(412.638)	(1.583.769)
Outros serviços de terceiros	(20.381)	(249.367)
Total - Serviço de terceiros	(433.019)	(1.833.136)
(i) Houve redução no montante devido aos custos registrados com a participação		

ou leilão de saneamento (edital 02/2021) em 2022. **11. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a) **Gerenciamento de riscos:** Visão geral: a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. i) **Risco de crédito:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem ratings, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do exercício de relatório é apresentada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		842.646		2.044.965
ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. b) Classificação dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:				
	Caixa e equivalentes de caixa	Categoria (A)	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	(B)		3.602	12.394

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado; (B) Custo amortizado. A administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis.

12. Eventos subsequentes: Aporte de capital em sociedade investida: Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 01 de março de 2024, a Cymi Saneamento e Participações S.A. efetuou um aporte de capital no valor de R\$ 2.700.000,00 em sua controlada, a Verde Ambiental Alagoas S.A. Dessa forma, sua participação no capital social da investida passa de R\$ 49.500.000,00 para R\$ 52.200.000,00. **Recebimento de aumento de capital:** Por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 05 de março de 2024, a Cymi Saneamento e Participações S.A., recebeu de seu único acionista, a Cymi Construções e Participações S.A. um aumento de capital no valor de R\$ 2.700.000,00. Dessa forma, o capital social da companhia passa de R\$ 55.499.200,00 para R\$ 58.199.200,00.

Leandro da Silva Reis - Diretor de Saneamento; Isabel Cristina C da Silva - Contadora CRC 108752/O-6.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Cymi Saneamento e Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cymi Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O.